



Bruxelas, 12.2.2015  
C(2015) 893 final

## **DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO**

**de 12.2.2015**

**que aprova certos elementos do programa de cooperação «INTERREG V-A Espanha Portugal (POCTEP) para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao abrigo do objetivo de Cooperação Territorial Europeia em Espanha e Portugal**

**CCI 2014TC16RFCB005**

**(APENAS FAZEM FÉ OS TEXTOS EM LÍNGUA ESPANHOLA E PORTUGUESA)**

# DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO

de 12.2.2015

**que aprova certos elementos do programa de cooperação «INTERREG V-A Espanha Portugal (POCTEP) para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao abrigo do objetivo de Cooperação Territorial Europeia em Espanha e Portugal**

**CCI 2014TC16RFCB005**

(APENAS FAZEM FÉ OS TEXTOS EM LÍNGUA ESPANHOLA E PORTUGUESA)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho<sup>1</sup>, nomeadamente o artigo 29.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia<sup>2</sup>, nomeadamente o artigo 8.º, n.º 12,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 1 de Agosto, a Espanha, em nome da Espanha e de Portugal («os Estados-Membros participantes») apresentou, através do sistema de intercâmbio eletrónico de dados da Comissão («SFC2014»), o programa de cooperação «INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP)» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do objetivo de Cooperação Territorial Europeia (CTE) nos Estados-Membros participantes.
- (2) O programa operacional foi elaborado pelos Estados-Membros participantes, em cooperação com os parceiros referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e a Comissão.
- (3) Nos termos do artigo 3.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, o programa de cooperação deve apoiar uma zona do programa da lista estabelecida no anexo I da Decisão de Execução 2014/388/UE da Comissão<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> JO L 347 de 20.12.2013, p. 320.

<sup>2</sup> JO L 347 de 20.12.2013, p. 259.

<sup>3</sup> Decisão de Execução 2014/388/UE da Comissão, de 16 de junho de 2014, que estabelece a lista das regiões e zonas elegíveis para financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no

- (4) Pelo Regulamento (CE) n.º 868/2014<sup>4</sup> da Comissão, determinadas regiões de nível NUTS 3 tal como enumeradas no anexo I da Decisão de Execução 2014/388/UE foram substituídas em 2 de setembro de 2014. Embora esta alteração não tenha qualquer consequência na repartição financeira ou na zona do programa, é conveniente clarificar a equivalência entre as regiões de nível NUTS 3 nesta situação antes e depois de 2 de setembro de 2014.
- (5) Quando apresentou o programa de cooperação, em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, do Regulamento n.º 1299/2013, a Espanha, em nome dos Estados-Membros participantes, solicitou que as seguintes regiões de nível NUTS 3 de Portugal «PT116 Entre Douro e Vouga», «PT161 Baixa Vouga», «PT162 Baixo Mondego», «PT163 Pinhal Litoral», «PT164 Pinhal Interior Norte», «PT16B Oeste» e «PT6C Médio Tejo» (não constantes da lista do anexo I da Decisão 2014/388/EU<sup>5</sup>) fossem acrescentadas à zona do programa e justificou o pedido argumentando que foram ajustamentos necessários a fim de ampliar a boa experiência com um número limitado de operações imateriais em toda a região de nível NUTS 2, «PT16 Centro (Portugal)», a fim de assegurar a coerência da zona do programa de nível NUTS 3 com regiões relativamente pequenas do lado português e o lado espanhol, incluindo assim as regiões em desenvolvimento, à volta de Coimbra, Aveiro, Leiria e Porto.
- (6) Em conformidade com o artigo 29.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, a Comissão avaliou o programa de cooperação e fez observações, em conformidade com n.º 3 desse artigo em 25 de Setembro de 2014. Espanha apresentou informação adicional em e apresentou uma versão revista do programa de cooperação em 17 de dezembro de 2014.
- (7) A Comissão concluiu que o programa de cooperação contribui para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para alcançar a coesão económica, social e territorial e é coerente com os Regulamentos (UE) n.º 1299/2013 e (UE) n.º 1303/2013.
- (8) O programa de cooperação contempla todos os elementos referidos no artigo 8.º, n.ºs 1 a 9, do Regulamento (UE) n.º 1299/2013 e foi preparado em conformidade com o modelo constante do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 288/2014 da Comissão<sup>6</sup>.

---

âmbito das componentes transfronteiriça e transnacional do objetivo da Cooperação Territorial Europeia no período de 2014-2020 (JO L 183 de 24.6.2014, p. 75).

<sup>4</sup> Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, que altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) (JO L 241 de 13.8.2014, p. 1).

<sup>5</sup> De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 na versão anterior à indicada no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão. [Based on Regulation (EC) No 1059/2003 in its version before being amended by Commission Regulation (EU) No 868/2014.

<sup>6</sup> Regulamento de Execução (UE) n.º 288/2014 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece normas específicas em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, no que diz respeito ao modelo para os programas operacionais no âmbito do Objetivo para o Investimento no Crescimento e no Emprego, e em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia, no que diz

- (9) Nos termos do artigo 76.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, a presente decisão constitui uma decisão de financiamento, na aceção do artigo 84.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>7</sup>. É, no entanto, preciso especificar os elementos necessários para permitir as autorizações orçamentais relativas ao programa de cooperação.
- (10) Nos termos do artigo 8.º, n.º 2, primeiro parágrafo, alínea d), do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, é necessário especificar anualmente o montante total da dotação financeira de apoio do FEDER prevista. É igualmente necessário especificar o montante total da dotação financeira de apoio do FEDER e do cofinanciamento nacional para a totalidade do período de programação, para o programa de cooperação e para cada eixo prioritário. Relativamente aos eixos prioritários que conjugam uma ou mais prioridades complementares de diferentes objetivos temáticos, é também necessário especificar o montante da dotação financeira total do FEDER e do cofinanciamento nacional para cada um dos objetivos temáticos correspondentes.
- (11) Nos termos do artigo 120.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, é necessário fixar para cada eixo prioritário a taxa de cofinanciamento e indicar se a taxa de cofinanciamento para o eixo prioritário considerado é aplicável à despesa total elegível, incluindo a despesa pública e privada, ou à despesa pública elegível.
- (12) A presente decisão não prejudica a posição da Comissão no que respeita à conformidade de qualquer operação apoiada ao abrigo do programa de cooperação com as regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis na data da concessão do apoio.
- (13) Assim, em conformidade com o artigo 8.º, n.º 12, do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, devem ser aprovados os elementos do programa de cooperação referidos no n.º 2, primeiro parágrafo, alínea a), alínea b), subalíneas i) a vi), alínea c), subalíneas i) a iv), e alínea d), no n.º 3, alínea a), subalíneas ii) a vi), no n.º 4, alínea b), e no n.º 9 do mesmo artigo,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

#### *Artigo 1.º*

São aprovados os seguintes elementos do programa de cooperação «INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP)» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do objetivo de Cooperação Territorial Europeia (CTE) em Espanha e Portugal, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, apresentados na sua versão final, em 13 de Janeiro de 2015:

- (a) A justificação da escolha dos objetivos temáticos, das prioridades de investimento e das dotações financeiras correspondentes, como especificado nos pontos 1.1.2 e 1.2 do programa de cooperação;
- (b) Os elementos exigidos para cada eixo prioritário pelo artigo 8.º, n.º 2, primeiro parágrafo, alíneas b) e c) do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, tal como enunciado na secção 2 do programa de cooperação com exceção das secções 2.A.8 e 2.B.6;

---

respeito ao modelo para os programas de cooperação no âmbito do Objetivo da Cooperação Territorial Europeia (JO L 87 de 22.3.2014, p. 1).

<sup>7</sup> Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho (JO L 298 de 26.10.2012, p. 1).

- (c) Os elementos do plano de financiamento exigidos nos termos do artigo 8.º, n.º 2, primeiro parágrafo, alínea d), do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, como estabelecido nos quadros 15, 16 e 17 da secção 3 do programa de cooperação;
- (d) A abordagem integrada ao desenvolvimento territorial mostrando como o programa de cooperação contribui para a consecução dos seus objetivos e dos seus resultados esperados, tal como enunciado na secção 4 do programa de cooperação;
- (e) As disposições de aplicação que identificam o organismo ou organismos designados para realizar tarefas de controlo e o organismo ou organismos designados para serem responsáveis pela realização de tarefas de auditoria, as disposições de execução que estabelecem o procedimento de criação do secretariado conjunto e que apresentam uma descrição sumária das disposições de gestão e de controlo, bem como as que estabelecem a repartição das responsabilidades entre os Estados-Membros participantes, em caso de correções financeiras impostas pela autoridade de gestão ou pela Comissão, tal como estabelecido no quadro 22 e nas secções 5.2, 5.3 e 5.4 do programa de cooperação;
- (f) O organismo ao qual a Comissão deve efetuar os pagamentos, tal como estabelecido no quadro 21 (apenas a parte relativa ao organismo a quem serão feitos os pagamentos pela Comissão).

#### *Artigo 2.º*

Os seguintes eixos prioritários serão apoiados pelo programa operacional:

- (a) Eixo Prioritário 1: «Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação»;
- (b) Eixo Prioritário 2: «Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial»;
- (c) Eixo Prioritário 3: «Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais»;
- (d) Eixo Prioritário 4: «Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça»;
- (e) Eixo Prioritário 5: «Assistência Técnica».

#### *Artigo 3.º*

1. O programa abrange as seguintes regiões da União:

- (a) Em Espanha:
  - (i) «ES111 A Coruña»;
  - (ii) «ES112 Lugo»;
  - (iii) «ES113 Ourense»;
  - (iv) «ES114 Pontevedra»;
  - (v) «ES411 Ávila»;
  - (vi) «ES413 León»;
  - (vii) «ES415 Salamanca»;
  - (viii) «ES418 Valladolid»;

- (ix) «ES419 Zamora»;
  - (x) «ES432 Badajoz»;
  - (xi) «ES432 Cáceres»;
  - (xii) «ES612 Cádiz»;
  - (xiii) «ES613 Córdoba»;
  - (xiv) «ES615 Huelva»; e
  - (xv) «ES618 Sevilla».
- (b) Em Portugal:
- (i) «PT111 Minho-Lima», substituída por «PT111 Alto Minho»;
  - (ii) «PT112 Cávado»;
  - (iii) «PT113 Ave», parcialmente substituído por «PT119 Ave» e «PT11A Área metropolitana de Porto»;
  - (iv) «PT114 Grande Porto», substituída por «PT11A Área metropolitana de Porto»;
  - (v) «PT115 Tâmega», parcialmente substituído por «PT119 Ave», «PT11A Área metropolitana de Porto», «PT11B Alto Tâmega» e «PT 11C Tâmega e Sousa»;
  - (vi) «PT 117 Douro», substituída por «PT11D Douro» e «PT11E Terras de Trás-os-Montes»;
  - (vii) «PT118 Alto Trás-os-Montes», substituída por «PT11B Alto Tâmega», «PT11D Douro» «PT11E terras de Trás-os-Montes»;
  - (viii) «PT150 Algarve»;
  - (ix) «PT165 Dão-Lafões», substituída por «PT16F Região de Leiria» e «PT16E Região de Coimbra»;
  - (x) «PT166 Pinhal Interior Sul», substituída por «PT16H Beira Baixa» e «PT16I Médio Tejo»;
  - (xi) «PT167 Serra de Estrela», substituída por «PT16J Beiras e Serra da Estrela»;
  - (xii) «PT168 Beira Interior Norte», substituída por «PT16J Beiras e Serra da Estrela»;
  - (xiii) «PT169 Beira Interior Sul», substituída por «PT16H Beira Baixa»;
  - (xiv) «PT16A Cova da Beira», substituída por «PT16J Beiras e Serra da Estrela»;
  - (xv) «PT181 Alentejo Litoral»;
  - (xvi) «PT182 Alto Alentejo», substituída por «PT186 Alto Alentejo» e «PT187 Alentejo Central»;
  - (xvii) «PT183 Alentejo Central», substituída por «PT187 Alentejo Central» e «PT186 Alto Alentejo»; e
  - (xviii) «PT 184 Baixo Alentejo».

2. Para além das regiões da União, estabelecida em aplicação da Decisão 2014/388/UE no que diz respeito ao programa de cooperação, o programa também abrange as seguintes regiões de Portugal:
- (i) «PT116 Entre Douro e Vouga», substituída por «PT11A Área metropolitana de Porto»;
  - (ii) «PT161 Baixo Vouga», substituída por «PT16D Região de Aveiro»;
  - (iii) «PT162 Baixo Mondego», substituída por «PT 16 Região de Coimbra»;
  - (iv) «PT163 Pinhal Litoral», substituída por «PT16F Região de Leiría»;
  - (v) «PT164 Pinhal Interior Norte», substituída por «PT16F Região de Leiría» e «PT 16 Região de Coimbra»;
  - (vi) «PT16B Oeste»; e
  - (vii) «PT16C Médio Tejo», substituída por «PT16li Médio Tejo» e «PT16H Beira Baixa».

*Artigo 4.º*

As despesas são elegíveis a partir de 1 de janeiro de 2014.

*Artigo 5.º*

1. O montante máximo total da dotação financeira prevista de apoio do FEDER é fixado no anexo I.
2. A dotação financeira total para o programa de cooperação é fixada em 288 977 635 EUR, a financiar pela rubrica orçamental específica 13 03 64 (FEDER - Cooperação Territorial Europeia) em conformidade com a nomenclatura do orçamento geral da União Europeia para 2014.
3. A taxa de cofinanciamento para cada eixo prioritário é estabelecida no anexo II. A taxa de cofinanciamento para cada eixo prioritário será aplicável às despesas totais elegíveis, incluindo públicas e privadas.

*Artigo 6.º*

Os destinatários da presente decisão são o Reino de Espanha e a República Portuguesa.

Feito em Bruxelas, em 12.2.2015

*Pela Comissão*  
*Corina CREȚU*  
*Membro da Comissão*

